

## O educador popular na escola rural: construindo a educação do campo

Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti. (Faculdade de Ciência e Tecnologia/UNESP) fatimarotta@hotmail.com

### Resumo

*Buscamos nesta pesquisa mostrar as diferenças entre a educação rural e a educação do campo, salientando a importância da formação do educador popular na compreensão do cotidiano na construção do Projeto Político Pedagógico. Para tanto utilizamos a pesquisa-ação durante três anos numa escola de Assentamento de Reforma Agrária no Estado de São Paulo. A pesquisa-ação é aquela que procura estudar os fenômenos educacionais e as pessoas que a integram dentro de seu contexto social e histórico em que acontecem e vivem, recuperando o cotidiano como campo de expressão humana, com as suas representações. Esta pesquisa nos mostrou as tensões e as expectativas dos pais e professoras ao mesmo tempo em que fomos estudando e pesquisando as diferenças entre escola rural que traduz o cotidiano em conhecimento científico e a escola rural que se norteia pelo sistema capitalista do agronegócio. Neste artigo mostraremos as reflexões que fizemos sobre o educador popular na escola rural com a educação do campo.*

**Palavras chave:** educador popular, educação rural, educação do campo, escola rural

## The educate people in rural schools: Building the field of education

### Abstract

*This research has tried to show the differences between rural education and the field education, stressing the importance of teacher education in the popular understanding of the everyday construction of Project Political. For this we use action research for three years in a school "Assentamentos" of Agrarian Reform in the State of São Paulo. Action research is one that seeks to study educational phenomena and actors inside the social and historical context that happen and live everyday as retrieving the field of human expression. This research has shown us the tensions and expectations of parents and teachers while they were studying and researching the differences between rural school that translates scientific knowledge and daily life in rural school that guided by the capitalist system of agribusiness. In this article we show that there are reflections on the popular educator in rural schools with the education field.*

**Key-words:** popular educator, rural education, the field education, rural school

## **1.Introdução**

Conhecer um assentamento rural paulista é conhecer uma nova realidade do campo. As pessoas que moram e trabalham nestes assentamentos lutaram pelo direito de ter um pedaço de terra para trabalhar e ter uma vida digna. A nossa preocupação sempre esteve voltada para uma educação que privilegiasse a cultura, e suas experiências pessoais como potencialização, assim, a alfabetização/escolarização representa o pensamento crítico de uma política emancipadora para a educação no campo.

Percebemos que é através dos movimentos sociais que os trabalhadores vão se conscientizando que perderão a terra não porque são incapazes de plantar, mas pelas políticas públicas discriminatórias, pois se percebem oprimidos e ao se perceberem unem-se tentando reverter o quadro. É este o quadro que encontramos no Estado de São Paulo, a busca de realização para uma existência digna de viver.

Pensando uma escola no/do campo se faz necessário analisar as transformações da realidade para que se possa planejar uma proposta educacional voltada para o campo. Temos que refletir sobre o campo, este campo de hoje, que está sendo construído por pessoas com grandes expectativas de trabalho e de vida digna, pois o campo é o espaço onde essas pessoas moram e trabalham, é o espaço e território de vida e de educação. Ao mesmo tempo em que algumas instituições re-nomeiam os assentados para que percam a identidade de camponeses que lutaram pela terra e hoje lutam por dignidade temos instituições que estudam e pesquisam para resgatar a memória e a humanidade nos assentamentos rurais.

O Educador popular é o sujeito que entende a realidade e o cotidiano dos camponeses, mesmo quando não militante de algum movimento social ou popular, pois ele se constrói a medida em que compreende os anseios e as expectativas dos camponeses.

Nesta pesquisa buscamos refletir a importância do educador popular na construção de uma escola rural na perspectiva da educação do campo.

### **1.1. O educador popular**

Acreditamos que a Educação Popular centrada na cultura popular onde os sujeitos são os articuladores de identidades populares possa nos subsidiar na construção do projeto pedagógico que tenha a intenção de valorizar as pessoas que vivem do e no campo, e assim, fortalecer as

identidades culturais de um lugar que uniu pessoas de todo o Estado de São Paulo e de outros estados com o mesmo objetivo, a luta pela terra.

Com isso, podemos indicar que o educador popular pode ser formado, ser construído; precisa se reconstruir, sabendo que o seu trabalho profissional não pode ser ilusão, ou seja, os professores não podem continuar achando que as velhas fórmulas pedagógicas e as velhas organizações escolares darão conta de libertarem os educandos (tornando-os autônomos), utilizando-se dos mesmos livros didáticos e das mesmas estruturas da escola que aí estão, pois estas não ensinam a participação, a desalienação, e sim a submissão de classe.

O Educador Popular não precisa necessariamente ser um militante do seu movimento social, entretanto precisa ter algumas características:

Educador Popular pelo seu grau de relação com o universo do aluno, com universo simbólico e de compreensão do mundo de seus alunos, tem mais condições de fazer esta leitura do mundo por conta desta inserção;

Educador Popular compreende o sentido da tarefa do ensino e sua importância para compreensão do mundo: tentar compreender a realidade da criança, adolescente, jovem e adulto;

Educador Popular deve saber quem são seus educandos, no universo existencial, seu locus social;

Educador popular deve compreender a dinâmica específica do processo ensino aprendizagem, dos elementos que constituem a linguagem e a emocionalidade de seus educandos;

Educador Popular tem que compreender o que são os movimentos sociais, suas lutas, seus anseios e necessidades.

Acreditamos nesse posicionamento, pois, a realidade da educação tem exigido sensibilidade dos educadores na construção de procedimentos didáticos e conteúdos a serem ensinados, porque compreendemos que os conteúdos não podem estar estranhos à cotidianidade dos educandos. O Educador Popular é aquele que vivencia a cotidianidade de seus educandos seja através da convivência do dia a dia ou através de estudos e participação ativa na realidade, com comprometimento político.

Realizar o planejamento das atividades é o momento de reflexão e diálogo entre todos os participantes do ato pedagógico: equipe escolar – coordenadores, diretor, educadores, funcionários pais e estudantes.

Encontrar subsídios para o planejamento é pesquisar a comunidade a qual está inserida a sala de aula ou a escola. Portanto, não é só conhecer seus futuros estudantes, mas, compreender sua forma de vida e suas atitudes diante da realidade a qual estão inseridos.

Para tanto, temos que compreender a cultura dessas pessoas e isto é um desafio. Compreendemos cultura como,

...natureza transformada e significada pelo homem, deve ser produzida de modo a “garantir a um nível cada vez mais integral a realização do ser no mundo. Portanto, pensar a cultura importa conceber a sua ética. (BRANDÃO, 2002:37)

O autor esclarece que a cultura e história não estão desvinculadas,

...como muitos autores funcionalistas de boa fé ou má consciência separam a cultura do processo da história ou então estabelecem entre as duas uma relação linear .... a cultura é histórica, no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura. (BRANDÃO,200,p.38)

Compreender as relações da cultura da cidade e do campo são reflexões que precisamos fazer com um olhar humilde, crítico e pedagógico.

É imprescindível que o poder municipal e as populações locais se mobilizem para a construção de escolas ou salas de aulas para a população tanto do campo como da cidade. A escola é de extrema importância por permitir o acesso das populações ao ensino fundamental e ao ensino médio, o que é garantido pela Constituição. O que não se pode permitir é que se instalem mais escolas que contribuam para o falecimento da cultura camponesa, indígena, ribeirinha, quilombolas e ainda agravando o processo de exclusão de mulheres e homens.

Devido as grandes extensões dos assentamentos muitos dos jovens só estudam até a 4ª série do ensino fundamental, por que para dar continuidade aos estudos eles precisam se deslocar para a cidade e muitos acabam ou abandonando a escola ou mudam-se para a cidade, e assim a cidade os convidam a ficar em troca da mão de obra capitalista.

Muitos são os problemas dos pais e das crianças, por exemplo, famílias enviam seus filhos para morarem com familiares na cidade para garantir o acesso à escola e ao conhecimento científico.

Garantir o acesso à escola é criar a base para um outro padrão de desenvolvimento, mais sustentável em todos os sentidos, e podemos garantir esse acesso, com permanência e conclusão de curso compreendendo as relações da cultura realizando um plano de trabalho, isto é, um

projeto pedagógico que dê conta das necessidades, das expectativas e da realidade social para cada determinada comunidade.

Nesta perspectiva a Pedagogia para as escolas do campo tem que ter como pressuposto as próprias pessoas que moram e trabalha no campo levando em conta a sua cultura, o seu modo de viver ter como ponto de partida a própria prática das pessoas, seu trabalho principalmente, seus objetivos, métodos, conteúdos ter como princípio a vida das pessoas, promovendo a autonomia para uma atividade solidária e sustentável. Não podemos simplesmente reproduzir um modelo escolar que reproduz os erros e as desigualdades sociais.

A educação deve fazer parte da existência desta população, portanto, deve ser criada e condicionada pela forma como elas vivem. O planejamento criado para um lugar específico, com uma combinação social, política, cultural, territorial e econômica, singular, deve condicionar a pedagogia a essa singularidade. Os lugares educam mais que a escola e para que a educação formal seja um instrumento desta população para se desenvolver, a escola, deve se inserir à sua realidade.

A Pedagogia de educar para a ajuda mútua, para a ação política, para valorização dos elementos culturais que brotam de sua existência particular, formação da identidade, para relações horizontais e, deve, sobretudo, ser gerida pela comunidade, assim como a própria escola.

Se o planejamento não se basear e vivenciar uma pedagogia autônoma ele se tornará desnecessário, e, isto, os educandos, pais e educadores reconhecem quando isso não acontece e acaba não tendo compromisso com a construção de seu próprio saber.

Buscando através do diálogo compreender quem são nossos estudantes para transformarmos a sala de aula em um ambiente adequado e estimulador a re-elaboração e produção de conhecimentos contrapondo os ensinamentos autoritários, tradicionais, onde o conhecimento pronto e acabado não permite diálogo.

Precisamos tomar cuidado para que a educação não se torne um ato de depositar (educação bancária), mas que o educador numa relação horizontal se torne simultaneamente, educador e educando.

O Projeto Pedagógico se inicia quando nos permitimos dialogar com a comunidade para conhecê-la, o nosso plano de aula terá a proposta que os estudantes estão necessitando. Os conteúdos curriculares serão conhecimentos sócio/culturais desenvolvidos pela humanidade por necessidades históricas.

Na aula dialógica o professor valoriza e respeita a vivência de seus alunos, de seus conhecimentos concretos relacionando-os ao assunto a ser estudado partindo das hipóteses discutindo e refletindo para compreender a realidade de forma rigorosa. Quando o professor ouve o seu aluno, suas experiências de vida, poderá caminhar com eles, monitorando a fala, monitorando o discurso para que se chegue a uma compreensão crítica e científica da realidade, ao mesmo tempo em que os alunos aprendem uma linguagem mais formal e mais científica.

Assim, propomos um Projeto Pedagógico que leve em conta :

o diálogo;

a interdisciplinaridade;

a problematização;

o tema gerador

O Diálogo, enquanto momentos de com - partilhar experiências e de re - construção do cotidiano das histórias que se entrelaçam na constituição de um grupo que tem sua cultura criada em suas histórias. Concordamos quando, *“ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia”*. FREIRE (2005,p.95)

A interdisciplinaridade porque compreendemos o conhecimento como construção histórica, portanto cultural, e necessidade humana de compreensão da realidade. Conhecimento necessário que faz a mediação entre o educando e o educador.

A problematização como prática social que incentiva os educadores/educandos a levantar problemas, e a não aceitar a análise da realidade com um só ponto de vista, é questionar determinados fatos, situações, fenômenos e idéias partindo de determinadas alternativas que levem à compreensão do problema em si, de suas implicações e de caminhos para a solução.

Problematizar é estar caminhando junto com a comunidade educativa a busca de resolver problemas e resolver problemas é identificar, classificar, analisar, sintetizar e buscar soluções alternativas, é o educando e educador desenvolvendo habilidades de escritor, leitor e pesquisador, re-elaborando e produzindo conhecimentos.

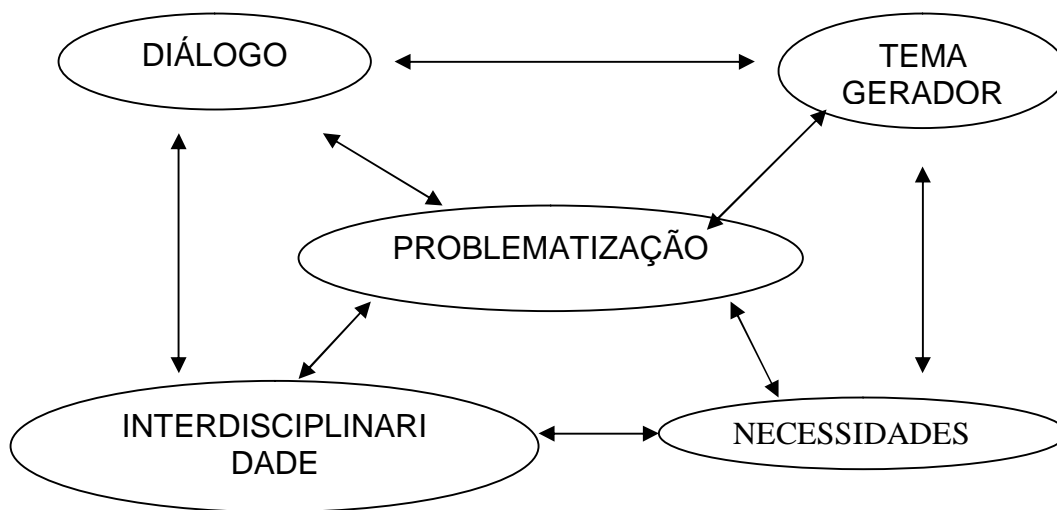
Para FREIRE (2005) o diálogo começa na busca do conteúdo programático, esta busca precisa ser no coletivo – educadores/educandos/pais/funcionários/comunidade - quando os conteúdos programáticos deixam de ser uma doação e passa a ser uma devolução organizada,

“sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada”. Acrescenta ainda que estes temas se chamam geradores porque,

qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contém sem si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas. (Freire, 2005, p.97)

Portanto, o educador é aquele que em primeira mão sabe ouvir, resgata os saberes, organiza, sistematiza e devolve como tema Gerador de novas discussões, diálogos, estudos e sintetiza com textos elaborados e re-elaborados e em nosso caso como Projeto Político Pedagógico.

O Tema Gerador é uma de minhas hipóteses que poderá desencadear a discussão para a reestruturação do currículo, programas e a metodologia dessa escola, para isso, propomos um diagrama que facilitará a elaboração/execução do Projeto Pedagógico.



### 1.2. Metodologia:

Vivência no campo na escola rural de assentamento no Estado de São Paulo

A metodologia qualitativa enfatizada na ação participativa é aquela que coloca o cotidiano como ponto de partida para planejar ações, atividades e ou tarefas que permitam transformá-lo, desta forma poderemos recuperar a história dos assentamentos e de seus sujeitos para compreender suas representações, seus sonhos e expectativas na busca de re-conhecer – porque já temos conhecimentos, temos que re-conhecer - a prática e os saberes que utilizam em seu

cotidiano, pois esta prática é a tradução do conhecimento construído em suas histórias como seres sociais, de luta, perseverança e conquistas.

E a nossa história tem início em um dos Assentamentos que trabalhamos e por possuir uma escola restaurada na sede da antiga fazenda, funciona a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Em 2001 tivemos uma participação na elaboração do planejamento para a Educação de Jovens e Adultos, nesta época havia duas professoras que moravam na escola e que davam a continuidade ao trabalho realizado ao longo do ano.

Em 2002 a prefeitura fez um acordo com a TV FUTURA e esta se instalou nos aposentos da escola e tinha como meta a construção do Projeto Pedagógico e acompanhou os trabalhos dos professores durante dois anos. Assim, nosso espaço foi sendo ocupado pela ilusão de que pessoa de muito longe - Rio de Janeiro compreendesse o cotidiano do assentamento mais do que a própria comunidade. Os benefícios que a TV FUTURA deixou foram quatro computadores, dois televisores. Assim foi descrito pelas professoras que em 2009 atendiam a escola.

Em 2006 através de um projeto PIBIC realizado sob a orientação do Prof. Dr. Luis Antonio Baroni, conclui-se que o número de alunos para escola estava diminuindo graças ao empreendimento da prefeitura que estruturou o transportar as crianças para a cidade como melhor meio de investimento nas escolas do campo, e assim, qualificamos que sem investimento na escola criou-se um estereótipo de que a escola era de péssima qualidade, que as pessoas do campo são atrasadas, e isto é passado para esses jovens desde bem cedo, pelos meios de comunicação em massa e acreditamos pela própria escola que valoriza o saber e os conhecimentos da cidade.

Em 2007, após muitos diálogos com a equipe interdisciplinar da UNESP (Sociólogo, Eng. Ambiental, Eng. Florestal e Educadora) iniciamos o Projeto “Escola Viva” com o objetivo de desenvolver o esporte, a cultura, o lazer, e o resgate da cidadania dos jovens e adultos nos domínios da escola, ao mesmo tempo em que foi se desenvolvendo a revitalização da represa existente no local, e a conscientização dos jovens assentados sobre a importância de preservar os recursos naturais. Iniciamos participando junto aos adultos com reuniões para resgatar a auto estima e de seus espaços adquiridos através das lutas pela reforma agrária.

Os encontros foram realizados aos domingos e o nosso foco principal foi trabalhar junto às mulheres jovens e adultas, procurando alternativas de trabalhos manuais para que pudessem servir de fonte de renda alternativa com a perspectiva da economia solidária.



A nossa participação teve como objetivo ressaltar o papel da mulher no campo. Durante nossos encontros em conversas bem informais, observamos a necessidade de compartilhar esta experiência com os professores da escola, que até então não participavam de nossos encontros dominicais.

A idéia era resgatar o espaço escolar como um espaço da comunidade para a comunidade, onde as crianças, jovens e adultos pudessem interagir nos momentos de lazer e de cultura.

Para tanto acreditávamos que compartilhando com os professores e professoras da escola a importância deste espaço, bonito, rico, de preservação ambiental e divertido, pudessemos valorizar os saberes da comunidade sistematizando e transformando-os em conhecimento científico, pois compreendemos que os conteúdos curriculares são aqueles conhecimentos sócio/culturais desenvolvidos pela humanidade por necessidades históricas.

Porém, a diretora da escola sutilmente criou vários empecilhos, ficou difícil a comunicação, não permitia a nossa entrada durante a semana, e em 2009 fez um convênio com o MEC e adotou sua metodologia para a criação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico da escola. Desde este momento iniciamos a pesquisa em outros assentamentos na busca do diálogo entre escola e comunidade. As escolas estaduais da região seguem literalmente os objetivos da mesma escola dos grandes centros, e as municipais, são em sua maioria escolas vinculadas com a escola da cidade, e com muitas dificuldades funcionam precariamente. Com tantos conflitos, tensões, e alguns avanços, fomos pesquisar a diferença entre educação rural e educação do campo.

### **1.3.A escola rural e a educação do campo: caminhos cruzados**

Analisando a educação do Séc. XX podemos observar que a escola rural emerge da necessidade ao atendimento das concepções e práticas de uma educação capitalista para uma melhor adequação às exigências dos desafios propostos, pois a explosão demográfica e a implantação das indústrias e do agronegócio fez com que o problema da escolarização assumisse dimensões elevadas, obrigando as autoridades a ampliarem suas redes escolares.

A década de 40 do Séc. XX foi importante quando destacamos que ainda existiam as idéias do “ruralismo pedagógico” como observa CALAZANS (1993), com o objetivo de reforçar os valores do homem do campo “a fim de fixá-los à terra” o que acarretaria a necessidade de

adaptar programas e currículos ao meio físico e à cultura rural. Entretanto, como ressalta a autora, a educação no meio rural no final da década de 40, reflete sem dúvida a tomada de consciência educacional expressa no manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, mas a presença norte-americana no Brasil, principalmente em 50, trazendo “pacotes” prontos e acabados de métodos, técnicas e currículos garantiu uma escola rural semelhante às escolas da cidade.

Mas, nem por isso os movimentos sociais e populares deixaram de investir na luta pela terra e pela educação. Entretanto, a conquista pela terra é lenta e gradual em prol dos camponeses. Nas últimas décadas temos observado os financiamentos do Banco Mundial para a educação e assim, de maneira unilateral assistimos as definições dos critérios de mercado a serem seguidos segundo os fundamentos do sistema capitalista.

O estado capitalista tem financiado a educação pública mantendo o controle através dos conteúdos, método, avaliação e certificação, e não poderíamos deixar de mencionar a formação de professores/as, sua forma de contratação e todo sistema que, no estado de São Paulo, é implantado em todos os municípios, mesmo quando a escola é municipal, estas, seguem os padrões da escola pública estadual. Quando o Estado intervém com Propostas, Parâmetros Curriculares, sabemos que fazem não por incompetência dos professores/as, mas sim, para manter o controle sobre os saberes escolares.

Entendemos que a educação e ensino em nosso estado têm enfrentado problemas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos nas camadas populares. Várias escolas em assentamentos foram construídas em nossa região do Pontal do Paranapanema, não através de muita luta, entretanto estas escolas “rurais” são organizadas e gestadas pelo aparelho do estado, dentro do sistema educacional que rege nosso estado. Estas escolas rurais têm a política educacional do sistema liberal do capitalismo do agronegócio.

Diante deste panorama fizemos várias visitas às escolas de assentamentos de nossa região - Pontal do Paranapanema. As Escolas estaduais estão seguindo o mesmo currículo das escolas da cidade, seguindo as apostilas que estão sendo distribuídas em todas as escolas do estado. Os diretores/as e alguns professores/as são os que fazem o concurso e iniciam suas carreiras de gestor e docentes nestes assentamentos deixando, geralmente, um coordenador/a muito mais em contato com a escola, pois assim que podem pedem a “remoção para mais perto de sua residência”, portanto ano após ano, a escola fica à deriva com diretores, e professores que se instalam por um ano nas escolas para poderem se efetivar.

Estes seguem todos os passos das apostilas de currículo, metodologia e avaliação que as escolas das grandes cidades. As escolas que fazem parte da rede municipal acabam por seguir o mesmo caminho porque vários municípios não têm uma política de educação para as escolas de assentamento. Estas escolas “Rurais” acabam por ser um “trampolim, ter mais pontos” para poderem se fixar em sua região ou cidade de origem. Mesmo aqueles que moram na mesma cidade do assentamento procuram sair rapidamente (um ano no máximo), pois as prefeituras não oferecem condições para se instalarem e nem mesmo para se transportarem para estas escolas. Geralmente, estas, são distantes das estradas principais, precisam transcorrer grandes trechos de terra e quando chove não conseguem chegar.

O Estado preocupado em ampliar a sua rede de ensino para atender a demanda, tanto na cidade quanto no campo, banaliza a escola em nome da democratização “ESCOLA PARA TODOS”, colocando a escola como um privilégio e não como direito do Ser humano, pois todos deveriam ser iguais diante da educação e da cultura. Muitas famílias crêem que a participação na cultura é uma “dádiva” e agradecem aos professores/as que assistem seus filhos. Muitas Mães querem aprender fazer artesanato, como se a própria cultura não fizesse parte da cultura de sua cidade, de sua Nação. A escola como tem sido conduzida se tornaram o aparelho ideológico do estado para perpetuar e reproduzir as formações sociais que aí está, manter o “status quo” da classe dominante.

Reclama-se da escola que ficou sendo um espaço de atividades penosas, obrigatórias, castigos e punições; a sala de aula como algo sagrado, intocável; o conhecimento por ela transmitido e organizado num tempo seriado e numa cronologia de conteúdos e programas desinteressantes é reproduzida no campo. A escola não é um sistema ingênuo, ela existe para cumprir uma determinada função social, que, aliás, cumpre muito bem, apesar de toda violência que se encerra em si mesma. A violência da escola rural está em não valorizar e não reconhecer os sujeitos camponeses com seus saberes, sua história de luta, deixando as crianças sem auto estima, com isso, a escola da cidade ganha em atrativos por estar lá a espera deles, com o ônibus para transportá-las, as festas, o comércio (consumismo), trabalho que aparenta ser melhor, e etc..

Desta forma podemos refletir e agir criticamente:

Entender a sociedade capitalista para entender a escola, porque foi construída na dinâmica do capital e vive todas as contradições porque o tal sistema está ao redor dela. Sabemos, ainda, que seu sustentáculo está na relação de oposição ao trabalho. As relações que se estabelecem na educação estão assentadas sobre os alicerces contraditórios daquelas que regem os vínculos entre o capital e o trabalho.(CAMINI, P. 92, 2009).

Com isso, podemos declarar que o espaço de organização de conhecimentos, a sala de aula, se constitui como território de submissão onde o educando/a assiste através da janela o tempo passar esperando o momento de viver a realidade, isto é, primeiro aprende a teoria e depois – vários anos depois - pode começar a trabalhar ou a viver. Assim, a Educação na Escola Rural consiste numa temporalidade estranha com horários, turmas, séries, onde muitas vezes as salas de aula são multisseriadas, e ainda, com a preocupação de manter em fileiras os educandos/as pela sua seriação.

Como esta escola está centrada no modo capitalista de produção, onde separa o aprender dentro da escola com o trabalho fora dela, onde novamente a temporalidade estranha intervém no processo de aprendizagem onde primeiro se aprende e depois trabalha.

Para o camponês esta desvinculação se torna muito perceptível à medida que observam a saída dos jovens de seus territórios conquistados com muita luta, para a cidade em subempregos, pois a escola está totalmente desvinculada com a vida dos camponeses que vivem em seu cotidiano – tirar leite da vaca, colher, plantar, cuidar dos animais, etc.

Para aqueles que participaram do movimento de luta e ocupação destes territórios acreditam:

“a escola seja um fator muito importante para permanência do jovem em seus lotes, por isso, a discussão de qualidade do ensino não está somente relacionada ao conteúdo ensinado em sala de aula, mas, a relação estabelecida entre professores e alunos e, principalmente, a preocupação que estes professores venham a apresentar na compreensão sobre a luta, o trabalho e a vida dessas crianças e jovens assentados” ( fala de um pai de educando).

Para compreendermos melhor precisamos fazer uma análise sobre o movimento de ocupação das escolas. Para Caldart (2004), a expressão ocupar a escola está sendo usada em um sentido ao mesmo tempo literal e não literal.

Esta autora destaca que é uma análise feita ao longo do trabalho do MST, pois, a escola é mais do que escola, a sua ocupação é produzir a consciência da necessidade de aprender, ou saber mais do que já se sabe. Portanto, ocupar, para esta autora, significa que

..assim como a terra de que foram arrancados, a escola é também um direito negado aos sem-terra, pela própria condição de trabalhadores/as do campo e a escola de modo geral, não se encontra preparada para recebê-los, e, muito menos para atender a demanda de estudo e formação que justificaram essa decisão de ocupá-la, por isso, uma necessidade de transformação da escola produzindo uma nova proposta de educação que esteja em sintonia com esses novos sujeitos. (CALDART, 2004 p.217)

A autora afirma que a relação pedagógica não é uma relação de desapropriação como se faz da terra, mas uma relação de apropriação compartilhada, é apropriar-se sem desapropriar quem nela é o dono do patrimônio que procura. As famílias procuram buscar a escola para que tenham um futuro melhor.

Molina (2009), explicita que a Educação do Campo é um movimento articulado dos trabalhadores/as rurais nas últimas décadas em ações reivindicatórias que exigia seus direitos educacionais.

Esse conceito é novo e encontra-se em processo de construção. Sua novidade não se refere apenas à história recente que representa, mas principalmente ao protagonismo da luta por sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional: os trabalhadores rurais.

Para esta autora, não se pode abrir mão do contexto no qual se desenvolvem os processos desta concepção de educação do campo, esta surge de graves conflitos que acontecem no meio rural pela discordância dos interesses econômicos e sociais na disputa pelo território. Não é apenas pensar no currículo, metodologia ou avaliação, mas, compreender, os processos de homens e mulheres do campo.

A Educação do Campo compreende os processos culturais: as estratégias de socialização; as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em lutas cotidianas para manterem a identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo um dos valores da Educação do Campo é a recuperação da idéia do trabalho como princípio educativo..(p.31)

Molina (2009), destaca ainda que um dos aspectos mais importantes da concepção de uma escola do campo, com uma educação do campo, é o reconhecimento e a valorização da identidade dos próprios sujeitos que são filhos e filhas de camponeses (assentados, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas) cuja reprodução social se dá prioritariamente a partir dos trabalhadores/as no território rural, no campo. As práticas educativas voltadas para o processo de auto-organização dos educandos, demandando a produção coletiva de trabalhos úteis e relevantes para a comunidade e educandos/as e que sejam protagonista de todo o processo se responsabilizando e executando as atividades planejadas, assim:

Faz-se necessária a preparação para a participação na gestão dos processos educativos, sempre com intuito de possibilitar aos educandos/as a internalização dessas práticas e capacidade de planejá-las e organizá-las autonomamente, seja em outros processos educativos escolares ou processos educativos comunitários. (MOLINA 2009,p.78)

Se for necessária uma nova escola do campo, é necessário um/a novo/a educador/a, pois exige práticas e concepções que já existem nas discussões dentro da educação popular na obra de Paulo Freire. Educadores/as que sejam capazes de perceber a realidade vivida por seus educandos/as, seus lugares de origem que é partir da experiência, da vida cotidiana e na busca do compreender o mundo; lida com o conhecimento de senso comum numa situação de perguntas e de investigação e trás o conhecimento científico como prática social.

Este novo educador/a precisa conhecer o cotidiano do campo, suas lutas, expectativas e saber que é necessário uma escola diferente da escola da cidade, principalmente uma escola preocupada com os sujeitos - crianças, adolescentes, jovens e adultos que a compõem e preocupada , também, com a sua realidade. É desta preocupação que emerge o sonho de construir um novo modelo.

Entretanto podemos explicitar este novo modelo, pois já temos em vários estados brasileiros experiências que estão dando certo, pois as pessoas que vivem nos assentamentos são pessoas diferentes daquelas que vivem na cidade, porque participaram de uma luta, viveram em acampamentos, elas possuem uma experiência diferenciada das outras crianças e esta história de vida é muito importante que o educador/a conheça para poder ter um novo olhar e assim uma nova reflexão e portanto, uma nova dimensão sobre os recursos didáticos e uma prática pedagógica voltada para o cotidiano, para a organização de vida destas pessoas.

Pensando assim, foi que nasceu a Escola Itinerante. A Escola Itinerante nasce:

No processo de busca pelo direito à educação e à escola, em que se incluem: a formação de educadores para as áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária, a construção do setor de educação e do projeto de educação do MST. Para esta análise, tomo o caminho que se inicia pela origem da escola de acampamento, ainda na pré-história do MST, no início da década de 1980, perpassando os vários momentos que marcam a luta pela legalização da vida escolar das crianças acampadas, até chegar á experiência da qual tratamos e seus desdobramentos ulteriores, inclusive sua expansão para outros Estados da Federação. (CAMINI, 2009, p. 101 e 102).

Conhecendo e acreditando na obra de Paulo de Freire e outros educadores que lutam pela educação popular e a emancipação para uma escola de qualidade e que faça sentido para aqueles que tem direito a ela, reconhecemos a importância de estudar e pesquisar uma pedagogia que nos dê indicativos para uma escola mais justa e humanitária.

Assim, chegamos à Pedagogia do Movimento Sem - Terra, onde Caldart (2004) esclarece todo o processo pedagógico e conseqüentemente de luta do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Não podemos deixar de citar um parágrafo desta autora, que nos faz refletir sobre estas pessoas que vivem, hoje, nos Assentamentos de Reforma Agrária:

Quando passa a ser integrante de um movimento social e lutar pelo seu direito de ser um trabalhador da terra, e sobreviver dignamente desse trabalho, ele passa a ter um rosto. Pode apanhar da polícia, pode ser despejado da terra que ocupa, pode ser considerado um desordeiro, mas existe socialmente, é sujeito da história, e mesmo que deixe de participar do MST, jamais será o sem (a) terra de antes. Agarrou seu próprio corpo a luta pela salvação social, e isso alterou seu modo de ver o mundo. Como dizem os camponeses, a gente vê a partir de onde os pés pisam, e pisar numa terra ocupada é muito diferente do que pisar (ou deitar) na sarjeta de alguma cidade qualquer. Essa é uma escolha que cada sem-terra poderia não ter feito, mas por alguns motivos a fez, e então a carregará para sempre em sua herança. (CALDART, 2004, p.121)

As marcas que essas pessoas carregam dentro de si, são marcas diferentes, são escolhas que, como declara a autora, escolhas que historicamente foram se constituindo no sujeito epistemológico, sobre o seu modo de lutar, que muitas vezes repele os que não conseguem ou não querem entender.

A Pedagogia para a educação do campo surge nos movimentos sociais, principalmente no MST, por uma necessidade de alternativas para um território ocupado pelo direito à educação. Várias experiências já existem em todo território nacional, muitos acampamentos lutaram por esta emancipação da educação e várias secretarias de educação tornaram esta realidade legalizada, assim, crianças, jovens, e adultos puderam, mesmo acampados, dar início e/ou continuidade aos estudos.

Outra forma de trabalhar diferentes dimensões da formação humana é através de saber e conhecer outros tempos e espaços de educação e ensino, como a Pedagogia da Alternância nos oferece.

A forma pedagógica inclui a organização de diferentes tempos educativos e a participação dos educandos nos processos de gestão coletiva, de trabalho e de convivência social que visam sua formação integral, onde cada pessoa é provocada a se “ex-por” em diferentes dimensões: seus valores, seus conhecimentos, sua cultura, sua postura, suas habilidades, sua visão política, sua capacidade organizativa, suas habilidades, seu ritmo de ação e de reação. (CALDART, 2007; p. 34)

As políticas sociais para o campo são predominantemente, como já explicamos, matizadas pela lógica urbana, pela visão urbano-centrada na realidade social dos grandes centros. A relação tempo escola e tempo comunidade, como a Pedagogia da Alternância possibilita as condições de diálogo entre diferentes tempos e espaços para a construção da formação humana com visão na realidade do campo e ampliada para compreender o mundo rompendo com a lógica urbana capitalista principalmente do agronegócio.

### **3.Considerações finais**

Declaramos, após realizarmos pesquisas nos Assentamentos de Reforma Agrária no Est. De São Paulo, que falta muito para que as escolas rurais sejam tratadas com seriedade, prioridade e responsabilidade. Ainda encontramos o estereotipo de escola rurais, com professoras em início de carreira, com pouco interesse em conhecer a realidade do campo, por isso as escolas como estão sendo conduzidas se encontram silenciosas e coniventes, pois para que os camponeses possam se apropriar do conhecimento científico é necessário um comprometimento político com a vida e a história dos educandos para garantir-lhes o direito à escola de qualidade e o acesso ao conhecimento. Pois, esta escola que encontramos não envolve o conjunto da comunidade numa prática diagnóstica, processual e emancipatória. Isto é, não há espaço dialógico para uma auto-gestão com uma organização coletiva de trabalho construindo o seu próprio Projeto Pedagógico.

Para tanto, é necessário espaço de diálogos onde todos e todas - crianças, jovens e adultos discutam seu cotidiano buscando seus problemas, problematizando-os (TEMA GERADOR), realizando tarefas, para buscar soluções coletivamente de maneira autônoma e crítica e assim criando o seu próprio planejamento.

Um planejamento com características do território, uma escola que reflete o cotidiano deste espaço, que não separe o trabalho dos estudos e dos conhecimentos científicos, que não separe a vida “vivida”, “experenciada”, da vida escolar de teorias.

#### **Referência**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como cultura**. Mercado das Letras, Campinas/SP, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Intencionalidade na formação de educadores do campo: Reflexões desde a experiência do curso “Pedagogia da Terra da Via Campesina”, In **Intencionalidade na Formação de Educadores do Campo**, Cadernos do ITERRA, ano VII - No.11, , ITERRA/RS, 2007.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Expressão Popular/SP, 2004

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola**. Expressão Popular/ SP, 2009.



FREIRE, Paulo. Organização e notas FREIRE Ana Maria Araújo. **Pedagogia da Tolerância**. Editora UNESP/SP, 2004.

\_\_\_\_\_, e FAUNDEZ. **A Por Uma Pedagogia Da Pergunta**, 5<sup>a</sup>.ed. Paz e Terra/SP. 2005.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. **A Pesquisa Qualitativa: Transformando o Estagiário em Educador Popular no Campo**. V Jornada de Investigacion en Educacion, 2007, Córdoba. Educacion y Perspectivas: contribuciones Teóricas y Metodológicas en Debate. 2007. v. 1. p. 59-60.

MOLINA, Mônica Castagna. KOLLING, Edgar Jorge. NERY, Irmã (orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo**, UnB/Brasília, 1999.